

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005375-28.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **HELGA ALINE PIRES SANTOS MIRANDA**
 Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral****Vistos**

Helga Aline Pires Santos Miranda intentou ação de cobrança de DPVAT em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, sustentando ter sido vítima de acidente de trânsito em 20/04/2014, sofrendo lesões de natureza grave, o que lhe daria direito a receber indenização integral por invalidez permanente.

Em contestação a requerida ofertou preliminares. No mérito, pugnou pelo improcedência.

Réplica às fls. 84/94.

O laudo pericial se encontra às fls. 117/123.

A autora se manifestou às fls. 127/136 e a requerida às fls. 137/138.

É o relatório.

Decido.

As preliminares já foram afastadas à fl. 97, ficando essa decisão mantida por seus próprios fundamentos.

O acidente que vitimou a autora ocorreu em abril de 2014 após, portanto, a vigência da MP 451.

Sobre o tema há, ainda, a Súmula 474, do STJ, *verbis*:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez.”

Assim, evidente a conclusão no sentido de que, tanto antes quanto após a edição da referida MP, após convertida em lei, há necessidade de se aferir o grau de invalidez para a fixação da indenização.

No presente caso, o que se verifica é que o laudo pericial, à fl. 122, em sua conclusão, referiu que:

“(…) Não há dano patrimonial/funcional ou estético no joelho direito da autora que possa ser relacionado ao acidente referido..”

Diante disso, e nos termos da jurisprudência, não estão presentes os requisitos para o acolhimento do pleito. Cito:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. Improcedência da demanda em Primeiro Grau de Jurisdição. Recurso do autor. Perícia médica. Inexistência de limitação funcional e incapacidade laborativa. Sentença mantida na íntegra. Apelo improvido. (TJ-SP - APL: 00167778320128260602 SP 0016777-83.2012.8.26.0602, Relator: Dimitrios Zarvos Varellis, Data de Julgamento: 27/02/2015, 12ª Câmara Extraordinária de Direito Privado, Data de Publicação: 03/03/2015)”

Ainda, pertinente citar que a manifestação da autora quanto ao resultado da perícia não pode prosperar. A leitura do documento de fl. 17, sobre as lesões decorrentes do acidente, informa que elas, já na época, não foram tão graves, sendo absolutamente verossímil a evolução relatada no laudo pericial.

Ante o exposto, julgo improcedente o pedido inicial.

Arcará a autora com as custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios que fixo em R\$700,00 a teor do art. 20, §4º, do CPC, observada a gratuidade deferida.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

PRIC



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 02 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**